

Um milhão de vagas para ensino profissional

Expansão representa crescimento de 30% no número de vagas disponíveis na rede nacional de ensino

O Ministério da Educação projeta a criação de 1 milhão de vagas nos cursos técnicos em todo o País até 2006. Essa expansão representaria um salto de aproximadamente 30% no número de vagas disponíveis na rede nacional de ensino, formada pelas escolas municipais, estaduais, federais e privadas. Permitiria, também, na visão da Diretoria de Educação Profissional e Tecnológica da Secretaria de Educação Média e Tecnológica (Semtec/MEC), estimular o desenvolvimento econômico e social do Brasil, além de integrar jovens e adultos sem qualificação ao mercado de trabalho formal. Existem hoje 3,52 milhões de vagas no ensino profissional brasileiro.

A meta do MEC está esboçada na proposta de políticas públicas para a educação profissional e tecnológica, em discussão hoje com a sociedade, mas viria, sobretudo, do desenho de um novo modelo para o setor, a ser implementado com uma legislação inovadora. A intenção, segundo a diretora de educação profissional e tecnológica da Semtec, Ivone Maria Elias Moreyra, é corrigir a omissão existente na área profissionalizante com a implantação de cinco grandes projetos nacionais: definição das formas de financiamento para a educação profissional por meio da criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Profissional (Fundep); redefinição das 20 áreas dos cursos técnicos; estabelecimento das áreas dos cursos tecnológicos; organização de uma nova relação entre União e estados; e estruturação de uma legislação geral da educação profissional.

A ampliação do número de vagas no ensino profissional no Brasil viria da criação de mais cinco escolas federais, da revitalização das 150 escolas agrícolas municipais criadas na década de 80, da modernização das escolas federais e da destinação de recursos financeiros ao Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep). Tudo isso deve integrar o projeto da nova legislação para a educação profissional, a ser aprovada e implementada neste ano.

Diversidade na Universidade seleciona cursos

Edital será publicado em fevereiro. Propostas podem ser enviadas até 17 de março

O Programa Diversidade na Universidade, da Semtec, lançará, no dia 2 de fevereiro, edital de seleção para os Projetos Inovadores de Curso (PIC). As instituições interessadas terão prazo até 17 de março para enviar propostas ao MEC. O edital estará disponível na internet (www.mec.gov.br/semtec/diversidade), onde já podem ser encontrados os manuais para as instituições operadoras e para o acompanhamento e avaliação dos PIC.

Os projetos selecionados recebem apoio financeiro do MEC para a manutenção de cursos pré-vestibulares cujo objetivo seja ampliar as condições de acesso à universidade de grupos socialmente desfavorecidos, em especial afro-descendentes e indígenas. Os cursos são adaptados à realidade do aluno e têm seu conteúdo direcionado para noções de cidadania e inserção social, além do currículo tradicional do ensino médio. Para receber os recursos do programa, os cursos devem contar com pelo menos 51% de afro-descendentes e indígenas entre os alunos matriculados. Os estudantes são beneficiados com bolsas e têm o desempenho avaliado no início e no final do período.

Oportunidades - O programa Diversidade na Universidade, que atende os estados da Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, dispõe de recursos de US\$ 9 milhões - US\$ 5 milhões de empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o restante financiado pelo Tesouro Nacional. Iniciado em 2003, com prazo de execução previsto para três anos, o Diversidade na Universidade objetiva o fortalecimento do Ministério da Educação no combate à discriminação racial e étnica e na promoção da universalização do acesso ao ensino superior.

Colégio de Jundiáí forma técnicos em agropecuária

No fim do ano passado, 34 filhos de pequenos agricultores e assentados rurais do Rio Grande do Norte receberam diplomas de técnicos em agropecuária do Colégio Agrícola de Jundiáí, em Macaíba. A formatura da turma é resultado de convênio entre a escola, vinculada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e a Federação dos Trabalhadores em Agricultura do estado (Fetarn).

Segundo o presidente da Fetarn, Manuel Cândido da Costa, o projeto ganha importância pelo fato de os alunos terem saído do meio rural e, agora, retornarem como multiplicadores, capazes de disseminar o que aprenderam e de contribuir para o desenvolvimento da agricultura familiar sustentável.

Para o diretor do Colégio Agrícola de Jundiá, Júlio César de Andrade Neto, a parceria é resultado do cumprimento do papel social da instituição. Os estudantes, por sua vez, consideram o curso a oportunidade de voltar à cidade de origem para exercer um papel importante de orientação técnica aos agricultores.

Diana Moreira da Costa, filha de agricultores do assentamento Viração, em Jardim do Seridó, decidiu fazer o curso ao notar que os pais tinham lutado anos para conseguir um pedaço de terra e, depois de consegui-la, não tinham assistência técnica. Elizângela Souto Trindade, de João Câmara, passou a valorizar a profissão dos pais ao aprender que com tecnologia a terra pode ser bem aproveitada.

Publicação semanal interna da Secretaria de Educação Média e Tecnológica
Ministério da Educação - Redação: (61) 410-9526/8127 - Brasília - DF
Envie sua pauta para rodrigofarhat@mec.gov.br ou anajulia@mec.gov.br

Secretaria de
Educação Média e Tecnológica

Ministério
da Educação

